

O Motim do Vintém e a Cultura Política do Rio de Janeiro 1880*

Sandra Lauderdale Graham¹

RESUMO

A autora mostra como um movimento de revolta popular no Rio de Janeiro, nos últimos anos de regime monárquico no Brasil, marcou a vida política da cidade e do Império dominada pela articulação das elites de diferentes regiões do país. Os jogos de interesses e o estilo político especificamente urbanos delinearam-se nos comícios, passeatas, reuniões públicas, imprensa militante, caracterizando o Rio de Janeiro dos anos 1880.

ABSTRACT

MOTIM DO VINTÉM AND THE POLITICAL CULTURE IN RIO DE JANEIRO 1880

The author shows how a movement of popular revolt marked the political life of Rio de Janeiro during the last years of the Brazilian monarchy, a regimen dominated by ties among elites of the different regions of the country. Specifically urban manoeuvres and political style took shape in the rallies, demonstrations, public meetings, and militant press, which characterized Rio de Janeiro in the 1880s.

Atos de revolta marcaram os primeiros dias do ano de 1880 no Rio de Janeiro. Esses dias de verão foram dias confusos e incertos. Comícios públicos, destinados a protestar contra o imposto de um vintém sobre as passagens dos bondes urbanos, acabaram em violência nas ruas. O confronto armado entre os manifestantes e as autoridades persistiu por umas poucas horas somente, mas, assim mesmo, o Motim do Vintém marcou profunda e duradouramente a vida política, tanto da cidade quanto do império. Ele

* A versão em inglês deste artigo foi publicada na *Hispanic American Historical Review*, 60 (August 1980, 431-449).

¹ Devo agradecimentos especiais a Guilherme P. Neves, não só pela tradução deste artigo, mas também pela sensibilidade diante das minhas palavras e idéias. O Departamento de História e o Centro de Educação Internacional da Universidade do Texas contribuíram com fundos para a realização de pesquisas no Brasil.

redefiniu, nada menos, os atores, a platéia e a encenação da cultura política². A década, iniciada por agitações populares e marcada por um novo estilo político, que assim se fazia anunciar, continuaria como uma década de conflito. Até fins dos anos 80, os perfis gerais da vida social seriam alterados: o Parlamento iria abolir finalmente a escravidão, e um governo republicano substituiria a monarquia constitucional do Império. Na época, porém, os contemporâneos não poderiam saber quais seriam os resultados de longo prazo a que suas ações dariam origem. Os acontecimentos do motim tinham para eles uma significação mais imediata.

Desde 1850, durante várias décadas, a política do segundo Reinado constituiu o domínio de uma elite socialmente coesa e essencialmente segura de si mesma, embora geograficamente dispersa. A vida política consistia exclusivamente na ocupação de homens poderosos agindo em nome daquilo que eles, sem hesitação, classificariam como o interesse comum. No parlamento, eles podiam discordar acirradamente; contudo, suas diferenças revestiam-se do sentimento confortador de que os assuntos políticos seriam conduzidos e limitados por regras, que todos eles aceitavam. Era uma política baseada, em última análise, na dependência e no apadrinhamento, e na qual favores políticos mediam-se cautelosamente em

²Um vintém valia vinte réis e constituía a menor moeda do Império. Cultura política refere-se a um conjunto de pressupostos socialmente partilhados a respeito dos comportamentos políticos, distintos daqueles que se manifestam por meio das instituições formais de governo ou por meio da distribuição em partidos políticos. Para abordagens algo diversas do estudo da cultura política, comparem-se Richard R. Fagen, *The Transformation of Political Culture in Cuba*, (Stanford, 1969); e Bernard Bailyn, *The Origins of American Politics*, (New York, 1968). O emprego que fiz da expressão se aproxima mais daquele utilizado por Peter H. Smith, que considerou cultura política como sendo o "meio ou idioma através do qual o comportamento político é visto, interpretado ou compreendido. Ela identifica, na política, ao estabelecer uma ordem conceitual (e freqüentemente moral) para o padrão das ações, importância e 'sentido'...". Veja-se o seu "Political Legitimacy in Spanish America", in Richard Graham and Peter Smith, eds., *New Approaches to Latin American History* (Austin, 1974), págs. 229-230. Por cultura política entendo as regras e limites que, por um lado, definem as maneiras pelas quais a ação política pode ou não ser expressada e por quem; e de outro, as maneiras pelas quais esses pronunciamentos serão ouvidos e atendidos. Como Smith, enfatizo o cultural, ou seja, aquilo que é compartilhado, embora não necessariamente de maneira explícita ou completamente articulada. Compartilhado enquanto expectativas e entendimentos a respeito não só da condução da política, como também dos significados que a sociedade atribui a ações particulares, a fim de torná-las socialmente inteligíveis. Tais expectativas e entendimentos são aprendidos como parte de uma cultura mais ampla, à qual pertencem, e podem mudar. O acesso à cultura política não resulta apenas da observação dos escritos mais articulados, mas também da reconstrução das ações, ou melhor, da sequência de ações que constituem um acontecimento, tal como um motim. Para um exame maravilhosamente instigante e penetrante do conceito de cultura, cf. Clifford Geertz, *The Interpretation of Cultures* (New York, 1973).

termos de vantagens eleitorais. Diante deste requintado acordo, o grande público podia surgir como espectador ou como comentarista, mas não como um participante ativo. Uma visão consensual dessas regras formava a cultura política dominante nos anos anteriores a 1880³.

Os acontecimentos de janeiro de 1880 romperam com essa perspectiva. O Motim do Vintém marcou uma mudança decisiva não só na maneira pela qual a ação política podia ser, pública e diretamente, realizada e compreendida, mas também quanto aos atores envolvidos. Ela significa a transformação da cultura política. Pela primeira vez em mais de quarenta anos, respeitáveis habitantes da cidade, mesmo que sem posição ou conexões políticas formais, participaram de demonstrações populares de protesto⁴. Trabalhadores pobres dos cortiços da cidade, igualmente, juntaram-se às demonstrações pela primeira vez. Ministros do Gabinete, membros do Parlamento, vereadores e jornalistas assumiram publicamente novas posturas políticas, conscientemente modificadas em decorrência do

³ Ao examinar a natureza da política durante o segundo Reinado, os historiadores se concentraram na política parlamentar, nos debates legislativos, nas facções e alianças dos partidos, nas disputas entre ministérios e no relacionamento entre o imperador e o Parlamento. Vejam-se Joaquim Nabuco, *Um Estadista no Império: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época* (Rio de Janeiro, 1936); Sérgio Buarque de Holanda, *O Brasil Monárquico: do Império à República*, vol VII de Buarque de Holanda, ed., *História Geral da Civilização Brasileira* (São Paulo, 1972); João Camilo de Oliveira Torres, *A democracia coroada: teoria política do Brasil*, 2ª ed. (Petrópolis, 1964). Em geral, os historiadores que procuraram explicar o exercício do poder político, em termos de interesses econômicos, retrataram os grandes proprietários como politicamente dominantes; é o caso de Buarque de Holanda, na obra citada logo acima. Em *A política geral do Brasil* (São Paulo, 1930), José Maria dos Santos argumenta que foram os grandes proprietários, juntamente com os capitalistas e comerciantes, a serviço dos interesses agrários, que se opuseram aos esforços liberais para realizar a abolição e eleições diretas. Ele nunca especifica os grupos que as forças liberais representavam, embora as veja como vitoriosas ao final. Raymundo Faoro, sem discutir o controle do poder político por uma elite, defende o ponto de vista de que a elite era urbana, constituída principalmente por burocratas. Vejam-se *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*, ed. rev., 2 vols. (Porto Alegre, 1975). De qualquer maneira, não se trata, aqui, de discutir o poder relativo dos grupos em conflito no interior da elite. O meu argumento, apoiado por essas diversas histórias do Império, pressupõe simplesmente que a política pertencia às elites e que estas praticamente não se davam conta da necessidade nem de justificar suas decisões, nem de se envolverem com questões externas ao seu próprio círculo de interesses.

⁴ Outros distúrbios ocorreram após 1850, em especial a revolta do Quebra-Quilos de 1847-1875. Embora tivesse alcançado seus fins imediatos, ela aparentemente não alterou as relações políticas, nem a compreensão em termos culturais e políticos. Cf. Roderick J. Barman. "The Brazilian Peasantry Reexamined: The Implacations of the Quebra-Quilos Revolt, 1874-1875," *Hispanic American Historical Review*, 57 (August 1977), 401-424. Para outra interpretação, cf. Joan Maznar. "Difference and Dependence: The World of Small Farmers in a Northeastern Community, 1850-1900" (Tese de Doutorado, Universidade de Texas em Austin, 1986).

movimento; ao identificarem laços entre esse motim e outras questões, eles exprimiram clara e enfaticamente os diversos e amplos significados que atribuíam às agitações. Todos os participantes – sejam aqueles já reconhecidos como porta vozes políticos – sejam aqueles que ficaram incógnitos reagiram de maneira dramaticamente nova. Levaram a política para as ruas da cidade, distribuíram panfletos, desfilaram diante da redação dos jornais demandando apoio, enfrentaram a polícia, o exército e o imperador; desafiaram a lei. Seus métodos, distintamente perceptíveis pela sociedade, envolveram a comunidade inteira do Rio de Janeiro com questões políticas que, no fundo, colocavam em discussão estruturas sociais básicas. Dessa forma, os habitantes do Rio esboçaram os primeiros traços de um novo estilo político, um estilo que seria elaborado durante a década de 1880. Se o Motim do Vintém revelou-se uma "explosão instrutiva" para os contemporâneos, ele também é capaz de mostrar-se instrutivo para nós⁵.

As agitações populares ocorreram contra um pano-de-fundo de transformações urbanas, que já tinham alterado política, econômica e demograficamente a cidade. Já a partir do momento que se tornara sede da corte portuguesa e, em seguida, capital de um Império independente, o Rio de Janeiro era o centro político do Brasil. A área dinâmica da economia também se deslocara do norte para o sul e através do porto do Rio de Janeiro, passava a grande riqueza do Brasil, o café destinado aos mercados europeus e norte americano. Em contrapartida, no seu cais, comerciantes e estrangeiros desembarcavam uma extraordinária variedade de gêneros provenientes das capitais da Europa destinados aos brasileiros mais abastados. Até mesmo após a abolição do tráfico de escravos africanos, escravos das províncias do nordeste continuavam a entrar pelo Rio de Janeiro, para abastecer as regiões mais prósperas do sul e do centro⁶.

O novo equilíbrio político e econômico no plano nacional impulsionou mudanças que refizeram a composição social da cidade. Já no período de cinquenta anos que precedeu a década de 1870, a população do Rio de Janeiro tinha duplicado. Em apenas vinte anos, porém, de 1870 a 1890, a população duplicou outra vez, chegando a um total superior a 500 mil habitantes. Numa larga medida, o inchamento da população da cidade pode

⁵Tomo a expressão "instructiva explosion" emprestada a Clifford Geertz, que a utilizou para identificar acontecimentos que caracterizam momentos de decisiva mudança política. C. Geertz, *Islam Observed: Religious Development in Morocco and Indonesia* (New Haven, 1968), p. 1.

⁶Para esses aspectos básicos da história econômica do Rio de Janeiro, veja-se Caio Prado Jr. *História econômica do Brasil* (São Paulo, 1972); Afonso de E. Taunay, *Pequena história do café no Brasil, 1727-1937* (Rio de Janeiro, 1945); Richard Graham, *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil, 1850-1914* (São Paulo, 1973); Herbert S. Klein, *The Middle Passage: Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade* (Princeton, (1978).

ser atribuído ao influxo de imigrantes europeus, cujo maior número alcançou quase 80 mil neste período⁷. Ao meio caminho desse espetacular processo de crescimento, ocorreu o motim de 1880.

As classes média e alta da população carioca não tinham certeza de que todas essas mudanças lhes tivessem aumentado o poder, riqueza ou progresso. De fato, em 1880, a vida da cidade já criara os seus próprios problemas específicos. Moradores do Rio de Janeiro alarmavam-se com a multiplicação de "estalagens" ou cortiços como eram então depreciativamente chamados, que infestavam a parte baixa do centro da cidade. Brasileiros pobres, imigrantes italianos e portugueses, negros libertos e escravos de ganho amontoavam-se em aposentados escuros, sujos e úmidos. Ao menos na perspectiva dos privilegiados, os ocupantes dos cortiços constituíam uma ameaça visível para a saúde pública, e por extensão, à ordem pública. Para eles, encontrar uma forma de controlar as classes trabalhadoras, tornou-se questão básica⁸. Diante dessa crescente preocupação com a ordem pública, eclodiu o Motim do Vintém.

Estabelecido pelo Parlamento em outubro e destinado, num momento de crise financeira nacional, a incrementar as receitas governamentais, o imposto sobre as passagens de bondes inseria-se numa série de medidas que recaíam especificamente sobre os habitantes urbanos. Na sua forma final,

⁷Brasil, Directoria Geral de Estatística, *Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872, Município Neutro* (Rio de Janeiro, 1873, 1876), p. 58; *Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil em 31 de dezembro de 1890, Districto Federal* (Rio de Janeiro, 1895).

⁸Para história do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, Cf. Fernando Nascimento Silva, et al. *Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos: formação e desenvolvimento da cidade* (Rio de Janeiro, 1965), especialmente pp. 259-298, para uma descrição para alternar fisicamente a cidade e melhorar suas condições sanitárias, Adolfo Morales de los Rios Filhos, *O Rio de Janeiro Imperial* (Rio de Janeiro), traça um esboço da vida social da cidade. Para exemplo de preocupações com cortiços e seus habitantes, relacionada com o temor de doenças, vejam-se Junta Central de Higiene Pública à Câmara Municipal, Rio de Janeiro, 17 julho 1879; Comissão Sanitária de Santa Anna à Justiça de Higiene Pública, Rio de Janeiro, 24 de janeiro 1880; Secretaria da Polícia da Corte à Junta Central de Higiene Pública, Rio de Janeiro, 3 março 1880, toda em "Estalagens e cortiços, 1834-80", Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Códice 43-1-25, fls. 80, 99-99v, 121 (dovante citado como AGC-RJ); José Pereira Rego, *Apointamento sobre a moralidade da cidade do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, 1878), pp. 22, 71; Presidente da Directoria da (Companhia) Praça da Glória à Câmara Municipal, Rio de Janeiro, 11 abril 1874; Companhia Praça da Glória à Câmara Municipal, 31 outubro 1878, Mercado da Glória, 1844-1904 – AGC-RJ, Códice 61-2-4, fls. 22,31. Para uma tentativa continuada de controle de trabalho livre, vejam-se Rio de Janeiro (cidade), Câmara Municipal, *Boletim*, 29 de agosto 1885, p. 90. Para uma nova interpretação da demolição dos cortiços e das transformações da cidade, Sandra Laurerdale Graham, *House and Street: The Domestic World of Servants and Masters in Nineteenth-Century Rio de Janeiro* (Cambridge, 1988).

contudo, aplicava-se unicamente ao Rio de Janeiro e poupava as demais cidades do Império. Tampouco recaía sobre as companhias de bondes, como fora originalmente proposto. Ao invés disso, deveria ser cobrado, a partir de 1º de janeiro, diretamente aos passageiros de todas as linhas da cidade⁹. Os moradores do Rio de Janeiro acreditaram, então, que tinham razão no seu descontentamento, e este só fez crescer à medida que dezembro passava.

A insatisfação transformou-se em protesto popular quando, quatro dias antes de cobrança ser posta em prática, provavelmente respondendo a um aviso de jornal, cinco mil pessoas reuniram-se no amplo espaço aberto do Campo de São Cristóvão, próximo ao palácio imperial. Agitada por um discurso de José Lopes da Silva Trovão, um vivo e instigante jornalista republicano, e um autêntico aguilhão no calcanhar do governo, a multidão decidiu-se entregar uma petição ao imperador Pedro II, requerendo que ele revogasse aquele imposto "iníquo e vexatório"¹⁰. A simples realização de uma tal demonstração e o fato de que tenha reunido tantos manifestantes constituíam acontecimentos sem paralelo na história recente da cidade.

Diante da situação inusitada, para qual a não havia respostas prontas, as autoridades reagiram alarmadas. O ar festivo da passeata desvaneceu-se logo que os participantes viram o acesso à residência imperial bloqueado por uma ameaçadora disposição de forças policiais. Este incluía o chefe de polícia municipal, Felix José da Costa e Silva, que apoiado por uma linha de cavalaria e cem agentes da polícia armados de cassetetes interpunham-se em seu trajeto. A multidão obedeceu ao gesto de Costa e Silva, para que se detivesse, e deu meia volta em seguida, afastando-se do palácio, em direção à cidade. O comício encerrou-se como tranquilidade, como Lopes Trovão havia prometido, mas não antes que ele acusasse a polícia de, ilegalmente, "intrometer-se entre o povo e o imperador"¹¹.

Falhou a tentativa de apresentar uma petição ao imperador como Lopes Trovão pretendia e, além disso, dera-se um surpreendente e desagradável encontro com a polícia. Na controvérsia do Vintém, Pedro II acabou relegado a um papel secundário. Embora nenhum chefe de estado pudesse abrir as portas de sua residência pessoal a 5000 manifestantes, ele não

⁹ Afonso Celso de Assis Figueiredo, *Discurso na sessão legislativa de 1879* (Rio de Janeiro, 1880), pp. 835-838; Lei no. 2940, 31 outubro 1879; Decreto no. 7565, 13 dezembro 1879, "*Coleção das leis do Império do Brasil de 1879* (Rio de Janeiro, 1880), pp. 116-121, 748-751.

¹⁰ *Gazeta de Notícias*, 29 dezembro 1879, transcrito em *A Província de São Paulo*, 31 dezembro 1879, p. 1; C. J. Dunlop. *Apostamento para a história dos bondes no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, 1953), pp. 82, 84; *Revista Illustrada*, suplemento especial, no. 189, 1880.

¹¹ *Gazeta de Notícias*, 29 dezembro 1879, transcrito em *A Província de São Paulo*, 31 dezembro 1879, p. 1.

soube desde o início agir, de forma pessoal e firme, preferindo apoiar-se na força armada, ao invés de tomar iniciativa e encontrar-se com uma delegação do movimento. Só tarde demais, naquele mesmo dia, enviou para Lopes Trovão a notícia de que receberia uma delegação¹². Trovão recusou o convite. "O povo", declarou, "não voltava uma vez que fecharam-lhe da primeira vez as portas do palácio agentes da polícia secreta, isto é, indivíduos que têm mais o aspecto de desordeiros, o que realmente são, do que de mantenedores da ordem que pretendem ser"¹³. A distância entre os manifestantes e o governo aumentara, e a autoridade do imperador ficara diminuída.

Os acontecimentos excepcionais dos dias que se seguiram desenvolveram-se numa velocidade irregular, mas de maneira sempre tensa. Lopes Trovão e outros programaram, por meio de panfletos espalhados por toda a cidade, um segundo comício previsto para o 1º de janeiro, quando o novo imposto começaria a ser cobrado¹⁴. Só que agora, em lugar de requerer a sua revogação, conclamavam os passageiros a boicotar o pagamento, assim, abertamente desafiando a lei. Esta mudança de tática, simbolizada pela escolha de uma praça para a reunião, o Largo do Paço, no centro da cidade, fez a controvérsia adiantar-se mais uma passo. O segundo comício não se dirigiu a um imperador intransigente, mas diretamente ao povo.

Apesar da expectativa crescente, as primeiras horas de 1º de janeiro transcorreram em calma. Os bondes das quatro linhas da cidade andavam no horário, sem que ocorressem protestos sérios dos passageiros, os quais, em geral, não se recusavam a pagar o imposto¹⁵. A segunda manifestação, por volta do meio dia, reuniu aproximadamente 4 mil participantes e resultou, outra vez, numa passeata de protesto. Da praça, eles seguiram através da área mais comercialmente ativa do Rio de Janeiro, repleta de lojas sofisticadas, em direção ao Largo de São Francisco, de onde partiram todos os bondes do centro¹⁶. A um quarterão do seu destino, porém, na esquina das ruas Uruguaiana e Ouvidor, a multidão dividiu-se em vários grupos: dois ali

¹²ibid.; "Pedro II à Condessa Barral, "Rio de Janeiro, 28 de dezembro 1879 in Raymundo Magalhães Júnior, ed., *Dom Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do Imperador, anotada e comentada* (Rio de Janeiro, 1956), p. 296.

¹³A *Gazeta de Notícias*, 29 dezembro 1879, transcrito em *A Província de São Paulo*, 31 dezembro 1879, p. 1.

¹⁴J. F. de Mello Barreto e Hermeto Lima, *História da polícia do Rio de Janeiro: aspectos da cidade e da vida carioca, 1870-1889* 3 vol. (Rio de Janeiro, 1942), III, 105; *Jornal do Comércio*, 2 janeiro 1880, p. 1; *A Província de São Paulo*, 4 janeiro 1880, p. 1.

¹⁵Companhia Villa Izabel, Relatório, 2 janeiro 1880, AGG-RJ Códice 55-1-12, fl. 26; *Jornal do Comércio*, 2 janeiro 1880, p. 1.

¹⁶Jose Carlos de Carvalho, *O livro da minha vida na guerra, na paz e na revolução, 1847-1910* (Rio de Janeiro, 1912), p. 48; *Jornal do Comércio*, 2 de janeiro 1880, p. 1.

permaneceram, enquanto outros prosseguiram para o Largo São Francisco ou dispersaram-se por outras regiões da cidade¹⁷. Se agiram desta maneira espontaneamente, ou se o fizeram de acordo com um plano previamente traçado, continua a ser uma questão sem resposta.

De qualquer forma naquele momento cessou o protesto pacífico, e a violência foi detonada. Os amotinadores arrancaram trilhos, esfaquearam mulas e viraram os carros, que pertenciam a diversas linhas diferentes. Dispararam tiros e espancaram condutores. Com a chegada de cada bonde, o tumulto recrudesceu. Os carros tombados, reforçados com paralelepípedos e pedaços de trilhos, serviram de barricadas nas esquinas da rua Uruguaiana com Ouvidor e de Sete de Setembro. No final da tarde, as companhias de bondes suspenderam todo o serviço¹⁸.

A polícia, malsucedida na tentativa de conter os amotinadores juntou-se a mais de 600 soldados de infantaria e cavalaria de exército para enfrentá-los na rua Uruguaiana. As ordens do comandante Antonio Enéas Gustavo Galvão eram de tomar as barricadas e de quebrar a resistência, dispersando, dessa forma, os revoltosos. Para tanto, Galvão ordenou que a cavalaria atacasse a multidão. Soldados avançaram para as barricadas, espadas desembainhadas. Alguns dispararam tiros. Ao mesmo tempo, no Largo de São Francisco, a cavalaria fez carga contra um grupo de manifestantes que procurava obstruir a passagem dos bondes¹⁹. A chuva, tanto quanto o exército, acabou por esvaziar as ruas, e antes das onze horas da noite a cidade estava novamente tranqüila. Apenas pequenos grupos de expectadores curiosos erravam pelas ruas. Mas enquanto médicos tratavam dos quinze ou vinte feridos, três homens jaziam mortos na rua Uruguaiana. O Motim do Vintém tivera seus mártires; velas acesas guardavam os lugares em que tinham tombado²⁰.

Nos dias seguintes, apenas distúrbios menores e isolados ocorreram, embora a tropa tenha sido mantida em prontidão. A 5 de janeiro, a polícia já podia relatar que "não se deu ocorrência alguma para perturbar-se a ordem e sossego público". Os bondes rodavam regularmente e somente um

¹⁷Relatório do Delegado da 1ª Delegacia de Polícia da Côrte, Carlos Alberto Bulhões Ribeiro ao Chefe de Polícia da Côrte, Eduardo Pindahyba de Mattos, Rio de Janeiro, 1 Janeiro 1880, publicado em *Jornal do Comércio*, 3 janeiro 1880, p. 1.

¹⁸Ibid.; Carvalho,

¹⁹Relatório de Tenente-Coronel Antonio Enéas Gustavo Galvão ao Tenente-Geral Visconde de Gávea, Ajudante Geral do Exército, Rio de Janeiro, 1 janeiro 1880, publicado em *Jornal do Comércio*, 5 janeiro 1880, p. 1.

²⁰*Jornal do Comércio*, 2 janeiro 1880, p. 1; *ã Província de São Paulo*, 4 janeiro 1880, p. 1.

passageiro ou outro recusava-se a pagar o imposto²¹. Oficialmente, o Motim do Vintém acabara. O Rio de Janeiro voltara à ordem.

O relato simples e direto dos acontecimentos mais evidentes, porém, fragmenta-se em muitas versões diferentes, quando examinado a partir das narrativas distintas fornecidas pelos participantes. De acordo com o relatório do comandante Galvão, ele só ordenara o avanço da tropa após disparos por parte dos revoltosos. Observadores, que assistiram à confusão da janela de escritório próximos, alegaram que a cavalaria tinha feito carga sem que houvesse provocação alguma, e que a polícia perseguira a cavalo as pessoas até mesmo no interior das lojas, em que, às pressas, buscavam refúgio²². Não só os participantes discordaram quanto à sequência dos eventos, mas também, em questões cruciais, quanto ao significado do que ocorrera. José Carlos de Carvalho, o único revoltado a deixar um longa e detalhada versão do episódio, caracterizou a violência dos manifestantes como totalmente defensiva. Explicou como essa maneira de ver lhe ocorrera durante aquelas horas confusas e trepidantes: "Uma vez nas ruas, sabíamos (que tínhamos) de organizar meios de proteger os populares de ataques da força pública (polícia militar)... Nós vimos bondes.. com o fito de evitar cargas da cavalaria".²³ Esta "defesa necessária" não passava, para a polícia, de destruição irresponsável, dirigida contra as companhias de bondes, e ela é que se defendia. Nenhuma informação adicional teria convencido Carvalho, após a revolta, de que as forças combinadas do exército e da polícia, em algum momento, tivessem tido em mente a intenção de permitir o fim pacífico da manifestação. De maneira semelhante, nenhuma afirmativa sobre os manifestantes teria alterado a idéia do chefe de polícia de que "foi tornado inevitável a intervenção da força pública"²⁴.

Também é verdade, no entanto, que, antes do início da revolta, nem os manifestantes, nem a autoridade poderiam ter tido impressões tão cristalizadas uns dos outros. O Motim do Vintém começou como uma confrontação entre adversários incapazes de prever ou identificar as jogadas respectivas do outro, pelo menos de uma maneira significativa. Ao invés

²¹Relatório do Chefe de Polícia da Córde, Eduardo Pindahyba de Mattos ao Ministro da Justiça, Lafayette Rodrigues Pereira, Rio de Janeiro, 6 janeiro 1880, publicado em *Jornal do Comércio*, 8 janeiro, p. 1.; Companhia Vila Izabel, Relatório, 3 janeiro 1880, 5 janeiro 1880, AGC-RJ, Códice 55-1-12. fls. 27-28.

²²Relatório de Bulhões Ribeiro, 2 janeiro 1880, em *Jornal do Comércio*, 3 janeiro 1880, p. 1; Relatório de Galvão, 2 janeiro 1880, em *Jornal do Comércio*, 5 janeiro 1880, p. 1; *Gazeta de Notícias*, 6 janeiro 1880, transcrito em *A Província de São Paulo*, 8 de janeiro 1880, pp. 1-2; *Revista Illustrada*, suplemento especial, no. 189, 180.

²³Carvalho, *O livro*, p. 49.

²⁴Eduardo Pindahyba de Mattos, anexo G, p. 4, em Brasil, Ministério da Justiça, *Relatório, 1880* (Rio de Janeiro, 1880).

disso, a violência cresceu a partir de uma situação incerta, na qual nem precedentes, nem regras estabelecidas podiam orientar as ações. Cada um experimentou a reação do outro até o ponto em que, repentinamente, o equilíbrio descambou para o conflito sangrento. Registrada em suas ações, naquelas poucas e tumultuadas horas, a compreensão distinta do que significava revolta continuou como uma contradição. Esta contradição foi ela própria uma decorrência nova da revolta: cada lado sabia agora em que lugar o outro se encontrava.

Instrutivamente, o Motim do Vintém anunciou o início de um novo estilo político. Não apenas interpretações acirradamente divergentes constituíram-se em torno da própria revolta, como também um número considerável de moradores da cidade adiantaram-se envolvendo-se em novas formas de participação. Os manifestantes conseguiram arrastar a política das salas do Parlamento para as praças da cidade, enquanto os amotinadores tornavam realidade o fato bruto de que a violência de rua podia fazer parte da equação política. Para as autoridades, a presença desses novos personagens veio justificar uma força policial em prontidão e até mesmo, o recurso à repressão armada.

Simultaneamente, os habitantes da cidade formaram a platéia para o drama político. Dom Pedro tinha se revelado um soberano insensível, carente de visão, energia e decisão. Todos os lados condenaram a sua recusa em lidar de maneira firme, mas flexível, com os primeiros protestos contra o imposto, de tal forma que fosse possível evitar a revolta. Aquela platéia presenciara a fragilidade de uma política antiquada, que, uma vez ameaçada, recorrera imediatamente ao extremo da violência militar. Antes do primeiro comício público, em 28 de dezembro, as autoridades insistiram que o imposto era uma lei, e que, por conseguinte, devia ser cumprida. Se necessário, os condutores dos bondes poderiam contar com a prometida assistência da polícia para recolhê-lo. Houve mesmo a sugestão de que comícios públicos fossem banidos²⁵. Assim se vê que, as autoridades acreditavam que poderiam conter, simplesmente, por meio de ameaças explícitas, uma situação incerta e cada vez mais tensa. O motim de 1º de janeiro provou que estavam erradas. Até mesmo o imperador reconheceu que "durante quase quarenta anos, não foi preciso empregar a força como tal contra o povo"²⁶. De maior alcance, porém, do que o fracasso dos controles habituais, foi o fato de que uma cidade inteira assistiu a este fracasso.

Embora os motins tivessem cedido ao final do primeiro dia de janeiro, suas implicações, em termos de uma nova cultura política, cresceram,

²⁵ *Jornal do Comércio*, 14-27 dezembro 1879.

²⁶ "Pedro II à Condessa de Barral", Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1880, in Magalhães Júnior, ed., *Dom Pedro II e a Condessa do Barral*, p. 303.

constantemente daí em diante. Aqueles que já ocupavam posições proeminentes no poder público viram refletidas na revolta, outras questões, às quais atribuíam significado e ênfase particulares, conforme suas conveniências. Ao contrário daqueles que tinham ido para as ruas, eles não atacavam o imposto, mas sim o uso indiscriminado pelo governo da violência armada. Tal como os manifestantes, porém, expressavam sua condenação por meios improvisados e, no caso, muito convencionais para o Rio de Janeiro. Enquanto atores políticos tradicionais, eles transgrediram normas de conduta política que tinham sido estabelecidas há muito tempo.

Ninguém criticou tão severamente, ou com tanta repercussão, as medidas tomadas pelo governo para abafar a revolta, quanto um grupo, que se reuniu a 3 de janeiro, na rua do Carmo, centro da cidade, em casa do senador José Ignácio Silveira da Motta. Era composto por oito senadores e deputados Liberais, que incluíam, além de Silveira da Motta, Francisco Otávio de Almeida Rosa, Antonio Marcellino Nunes Gonçalves, Carlos Leôncio de Carvalho, José da Costa Azevedo, Joaquim Baptista Pereira, Joaquim Nabuco, e Joaquim Saldanha Marinho²⁷. Mais tarde, todos declarariam o seu apoio à causa abolicionista, ou à republicana – a maioria deles a ambas. Mas, em janeiro de 1880, nenhum motivo comum dessa ordem os aproximava. Segundo Silveira da Motta, o encontro urgente e extraordinário se fazia necessário porque "o silêncio em face dos acontecimentos recentes seria uma violação dos deveres, "que mantinham em relação à população²⁸. No manifesto que distribuíram à imprensa, eles alegaram contundentemente que, a 1º de janeiro, "a força militar chegou ao ponto de fuzilar o povo desarmado²⁹. Além disso, acusaram os militares e a polícia de terem impedido o povo de alcançar o palácio para entregar a petição ao imperador. Em face da "arbitrariedade e dos crimes do governo," eles ofereciam a sua defesa e proteção decididas ao "povo sofredor"³⁰. As implicações do encontro do Carmo foram de longo alcance. Esse apoio à causa popular sugeria uma atitude sem precedentes de contestação por parte de um grupo de homens tão influentes. O protesto tinha, todavia, um outro significado também. Moradores urbanos, prontos para agir politicamente de maneira direta, mas sem vinculações partidárias estabelecidas, constituíam uma fonte de poder até então nunca utilizada.

²⁷ *Jornal do Comércio*, 4 janeiro 1880, p. 1.

²⁸ *Ibid.*

²⁹ *Ibid.*; o *Rio News* chegou ao ponto de acusar a polícia secreta de provocar irresponsavelmente a violência popular. Além disso, fez a acusação de que "... a polícia secreta tinha ordens para ...provocar um conflito com a soldadesca," 5 janeiro 1880, p. 3.

³⁰ *Jornal do Comércio*, 4 janeiro 1880, p. 1.

Continua sendo um problema persistente determinar de forma mais precisa quem eram os manifestantes e os amotinadores. Os registros da policiais, que poderia identificá-los, aparentemente não existem mais, e talvez nunca tenham existido, pois testemunhos sugerem que a polícia só escolheu para prender alguns "líderes". Apesar de pouco decisivas, algumas impressões, colhidas no manuseio da documentação, indicam, no entanto, que os participantes do comício não foram os mesmos que esfaquearam mulas e destruíram carros de bonde. Tampouco coincidiriam necessariamente os motivos dos vários grupos.

Os participantes do comício, organizados para protestar contra o imposto, parecem ter sido pessoas alfabetizadas, decentemente trajadas e de rendimentos modestos mas regulares, como vendedores ou burocratas assalariados³¹. Evidentemente, tinham porque opor-se a uma taxa que só incidiria sobre a população urbana e que só recaía pesadamente sobre aqueles que dependiam do transporte público. Seu protesto, muito provavelmente, não visava apenas a taxa extra sobre as passagens dos bondes, que seria apenas o alvo mais visível e portanto mais fácil de atacar, mas uma série de novos impostos diretos, que acentuavam a precariedade de sua situação social incerta³².

Em contraste marcante com esses respeitáveis cidadãos, os responsáveis pelas agitações de 1º de janeiro foram identificados, na época, como trabalhadores pobres, como membros "da classe baixa da nossa população", ou como "pessoas de pouca importância". Era ponto passivo que os pobres não tinham condições para andar diariamente de bondes. Suas ações, por conseguinte, não poderiam ser motivadas por queixas provenientes nem do aumento das passagens, nem de quaisquer motivos puramente econômicos³³. Além disso os três homens mortos durante a confusão nas ruas foram descritos como imigrantes desordeiros, procurados pela polícia, dois dos quais para serem deportados³⁴. Não é possível dizer se os revoltosos eram de fato as figuras truculentas apresentadas pela polícia,

³¹ *Revista Illustrada* suplemento especial, no. 189, 1880; os artigos e editoriais dos jornais claramente dirigiam-se a um público alfabetizado. cf. o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias*, a partir de 13 de dezembro 1879.

³² Lei no. 2940 de 31 outubro 1879; "Decreto no. 1565 de 13 de dezembro 1879". In: *Coleção das leis do Império do Brasil de 1879*. Rio de Janeiro, 1880. p. 116 e 748, respectivamente.

³³ Companhia de São Cristóvão ao Ministro da Agricultura, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, Rio de Janeiro, 22 de fevereiro 1880, em *Jornal do Comércio*, 5 janeiro 1880, p. 1; *Gazeta de Notícias*, 24 de dezembro 1879, transcrito em *A Província de São Paulo*, 27 dezembro 1879, p. 1.

³⁴ Relatório do Secretário de Polícia, Rio de Janeiro, 6 janeiro 1880, publicado em *Jornal do Comércio*, 8 janeiro 1880, p. 1.

ou se isto constituiu apenas um recurso, por parte das autoridades, para desacreditá-los. Contudo, é evidente que o Motim do Vintém tinha reunido, ainda que rapidamente, diversos conflitos distintos, cada um com seus próprios atores.

No princípio de janeiro, não estava decidida a questão de quem assumiria o controle daquele poder, que os francos e ativos moradores do Rio de Janeiro representavam. Os Liberais do encontro do Carmo eram suficientemente astutos para avaliar o que estava em jogo. Por meio de seu apoio, procuravam atrair os sentimentos populares, que acabavam de emergir, para a sua esfera de influência política. Agiam tanto por ambição política, quanto por desprezo pela violência policial e militar, mas em todo o caso logo reconheceram que, doravante, os políticos deveriam identificar as preocupações especificamente urbanas desta população citadina. Em 1880, de modo insensível, mas inevitável, alterou-se o comportamento político, quando habitantes da cidade até então silenciosos, começaram a ter seus interesses seriamente ouvidos.

A cultura política transformou-se ainda mais profundamente quando em virtude da decisão dos oitos senadores e deputados Liberais de reunir-se, estabeleceram uma relação entre o Motim do Vintém e os dois debates que tinham dominado o Parlamento durante a legislatura de 1879, recentemente suspensa. O primeiro desses debates gerara, no interior do partido, uma oposição ao projeto de lei eleitoral, que o próprio gabinete Liberal tinha apresentado³⁵. Uns poucos radicais, entre os quais estavam aqueles que mais tarde se reuniram na rua do Carmo, aprovavam plenamente o objetivo final do projeto, que era o de reduzir o poder monárquico, mas discordavam do fato de que deixasse de estender o sufrágio a uma parcela maior da população. Outros Liberais basearam sua oposição numa questão meramente de procedimento parlamentar. Apesar de forte apoio na Câmara, o projeto foi derrotado através de uma surpreendente aliança entre os dissidentes e os conservadores, enfraquecendo, assim, seriamente, o seu próprio gabinete³⁶. A disputa criou animosidade e rancores que ficaram pairando pesadamente no ar abafado daquele mês de janeiro.

O segundo debate importante da legislatura de 1879 ocupou-se do esforço decidido para equilibrar o orçamento, por parte do Ministro do Tesouro, Afonso Celso de Assis Figueiredo diante de circunstâncias econômicas difíceis. Nenhum dos oito senadores e deputados do encontro da rua do

³⁵Para uma versão detalhada e freqüentemente instigante da história tumultuada do projeto de lei, vejam-se Buarque de Holanda, *O Brasil monárquico: do Império à República*, pp. 197-234.

³⁶*Ibid.*, pp. 198, 227, 227; Carolina Nabuco, *The Life of Joaquim Nabuco*, trans. and. by Ronald Hilton (Stanford, 1950), pp. 42-43, 51.

Carmo tinha se posicionado contra o imposto sobre as passagens ou contra orçamento final, que estabelecia, durante a discussão no Parlamento. Posteriormente, no entanto, voltaram atrás. No manifesto que agora divulgaram, referiam-se à "taxa odiosa" e à "exagerada execução da taxa do vintém"³⁷. Nabuco, quando indagado sobre a inconsistência dessa posição, saiu-se pela tangente, afirmando que a maneira pela qual o ministério Liberal elaborara o orçamento fora tão rígida que qualquer oposição teria resultado inútil³⁸. A realidade, contudo, é que, anteriormente, eles não tinham percebido razão alguma para opor-se ao orçamento. Só apoiaram esta causa após o governo ter agido de uma forma que julgavam repressiva e brutal; e, especialmente, após terem sentido a dimensão do protesto popular contra a taxa.

A eclosão do Motim do Vintém, em janeiro, encontrou o Partido Liberal dividido e o Gabinete, numa posição precária. A reunião na rua do Carmo só fez exarcerbar as desavenças já aparentes. Quase todos os presentes pertenciam à facção dos Liberais que mais se opusera ao projeto de lei eleitoral. Por conseguinte, neste sentido, um certo laço de união entre eles já se formara, antes que tivesse início a discussão sobre o imposto do vintém³⁹. A tênue percepção de simpatias comuns foi acentuada, entretanto, pela repulsa, que partilhavam, diante do desenrolar dos acontecimentos, e formalizada, em seguida, pela proclamação de um manifesto. Nele, encontravam expressão tanto a sua indignação, quanto a consciência dessa solidariedade forjada há pouco, e convertia-se em ataque contra o próprio gabinete a denúncia da maneira com que o Motim do Vintém fora tratado. Assim intensificada, a oposição representou um duro golpe para o governo, e a demissão do Gabinete, em março de 1880, não causou surpresa.

Os políticos reunidos na rua do Carmo, porém, agiram de acordo com as convenções do comportamento político tradicional num importante aspecto.

Embora tivesse expressado sua oposição de maneira dramaticamente nova, permaneciam, enquanto representantes eleitos do Império, ao fim e ao cabo, envolvidos numa controvérsia voltada, em grande parte, contra outros membros do Parlamento. Ao fazerem a ligação entre sua discussão em torno do imposto e suas próprias preocupações a respeito da conduta do gabinete e sua substituição, reafirmaram o permanente e inquestionado domínio da política partidária e pessoal sobre os interesses políticos situados em outros níveis. Escolheram ignorar, ou não souberam reconhecer, que o Motim do Vintém tinha exposto tensões, que há muito se estavam formando entre a

³⁷ *Jornal do Comércio*, 4 janeiro 1880, p. 1.

³⁸ *Jornal do Comércio*, 4 janeiro 1880, p. 2.

³⁹ Buarque de Holanda, *O Brasil monárquico: do Império à República*, p. 197-234.

cidade do Rio de Janeiro e o governo imperial. Pelo menos nem defenderam a causa da cidade, nem explicitamente aliaram-se àqueles que constituíram os portas-vozes citadinos.

De fato, a cidade dispunha de porta-vozes próprios. Semelhantemente aos políticos Liberais, um outro grupo também se reuniu, com o propósito de formar uma Comissão de Paz, numa oposição, montada às pressas, contra a violência do 1o. de janeiro. Diferentemente, porém, só compreendia habitantes do Rio de Janeiro e incluía advogados, médicos, ex-funcionários do governo, homens de negócios⁴⁰. Quanto, em 2 de janeiro, a comissão externou o objetivo de contribuir para restabelecer a ordem pública, aconselhando a todos um comportamento calmo e prudente, expressou os desejos da cidade em peso. O Rio de Janeiro, estarrecido diante da rapidez com que a violência tomara conta da cidade, ansiava por essa volta à ordem. Os membros da comissão, contudo, tomaram outras iniciativas além de aconselhar a população. Acusaram a polícia de provocar a revolta e lançaram sobre o governo toda a culpa pelos "atos violentos... infligidos em brasileiros e estrangeiros... e até em mulheres e crianças... no Largo de São Francisco"⁴¹. Mais do que simplesmente refletir a maneira de ver de todos os cidadãos, eles quiseram, com essa denúncia ousada, impor a sua própria compreensão dos acontecimentos.

A comissão escolheu encontrar-se com o ministro da guerra, João Lustosa da Cunha Paranaguá, porque embora diversos ministros tivessem desempenhado um papel imediato na questão, fora ele, insistiam, o responsável pela ordem de disparar, de que tinha resultado a morte de "cidadãos inermes"⁴². A audiência com Paranaguá acabou em impasse. A comissão exigiu a suspensão do imposto, enquanto o ministro argumentava que era de sua obrigação fazê-lo cumprir, em se tratando de uma lei⁴³. Para os críticos, a intransigência do governo manifestava-se mais uma vez.

Além de encontrar-se com o Ministro da Guerra, a Comissão de Paz indicou os seus próprios médicos para tratar dos feridos. Mais importante, também indicou um grupo de advogados da cidade para defender gratuitamente os presos, que nem sequer tinham tido suas culpas formadas⁴⁴. Os cinco advogados, que incluíam Carlos Augusto de Carvalho, irmão de José Carlos (um dos presos), demonstraram, com a comissão, rara habilidade política. Cautelosamente, deliberaram conseguir fazer aparecer como absurda

⁴⁰*Jornal do Comércio*, 3 janeiro 1880, p. 1. *A Província de São Paulo*, 1880, p. 1.

⁴¹Comissão de Paz, "Boletim", em *A Província de São Paulo*, 6 janeiro 1880, p. 1.

⁴²*Jornal do Comércio*, 3 janeiro 1880, p. 1.

⁴³*Ibid.*

⁴⁴*A Província de São Paulo*, 6 janeiro 1880, pp. 1-2.

a posição do governo como estando ao lado da lei e da ordem. Em resposta as intimações emitidas para a prisão de José do Patrocínio, Lopes Trovão, Joaquim Pedro da Costa e Ferro Cardoso todos identificados pela polícia como organizadores das reuniões de protesto os advogados rapidamente divulgaram o fato de que os detidos não tinham tido os seus direitos legais respeitados. Em tácito reconhecimento dessa acusação, o chefe de polícia acabou por ceder e aceitou a petição de *habeas corpus*, que apresentaram⁴⁵.

Com certeza, nem os advogados, nem a comissão que os indicara representavam a base mais ampla possível de interesses presentes no Rio de Janeiro. Não obstante, ao lançar seus protestos em termos da própria lei e do princípio da ordem, conseguiram atingir uma camada ampla da população. Embora tenha falhado a tentativa da comissão para abolir o imposto, até mesmo o *Jornal do Comércio*, cauteloso órgão da imprensa, frequentemente favorável ao governo, veio juntar-se à causa. A 9 de janeiro foi ali publicado um pedido formal ao imperador para que suspendesse a taxa, até que o Parlamento se reunisse para considerar a matéria⁴⁶. Assim como o imposto, permaneceram as desavenças políticas, acentuadas agora por um grupo de cidadãos cariocas agindo de maneira independente.

Se a imposição do tributo tinha gerado o protesto popular, a revolta compeliu certos grupos a organizar uma oposição decidida contra medidas que consideravam como graves violações dos direitos individuais. Membros da legislatura do Império denunciaram, por meios extraordinários, o que julgavam constituir um uso injustificado da força armada. Além disso, grupos de cidadãos, com característicos laços locais, destacaram e condenaram os métodos extremos e violentos do governo, ao mesmo tempo que apelavam a todos por uma conduta razoável e ordeira. Como os Liberais da rua do Carmo, os porta-vozes da cidade empregaram meios inéditos e de impacto para expressar o seu alarme. Combinados, os dois grupos contribuíram para uma nova compreensão, tanto por parte dos líderes quanto por parte dos cidadãos, das possíveis formas de condução da oposição política.

Tanto mais estranho, por conseguinte, que a Câmara Municipal da Corte escolhesse não tomar partido, embora fosse dotada de legítima autoridade local e estivesse com seus interesses em jogo. A 4 de janeiro, o *Jornal do Comércio* publicou uma carta, enviada à Câmara Municipal, em que se solicitava "marcar com urgência uma sessão extraordinária a fim de deliberar sobre o que lhe cumpre representar ao governo imperial"⁴⁷. Os

⁴⁵Ibid., p. 2; *ibid.*, 8 janeiro 1880, p. 1; *Gazeta de Notícias*, 10 janeiro 1880, p. 2.

⁴⁶*Jornal do Comércio*, 9 de janeiro de 1880, pág. 1.

⁴⁷*Jornal do Comércio*, 4 de janeiro de 1880, pág. 1.

signatários, dois dos quais eram vereadores, fracassaram no seu intento. A Câmara recusou a convocação extraordinária, com base no fato de que poderia levar a uma exacerbação das tensões existentes. Observou, porém, que o governo imperial devia encontrar meios para dar fim ao "sofrimento" causado pelo imposto, uma vez que se recusara a aboli-lo⁴⁸.

Na realidade, o pronunciamento da Câmara disfarçava conflitos de longa data com o governo. Como o Rio de Janeiro era a corte do Império, a Câmara Municipal ocupava uma posição peculiar. Em lugar de tratar com uma instância intermediária, de natureza provincial, era obrigada a fazê-lo diretamente com o governo imperial. Conseqüentemente, a jurisdição e o alcance da autoridade municipal com freqüência revelavam-se ambíguos ou chocavam-se diretamente com a autoridade imperial. Embora hostil, a atitude da Câmara em relação ao governo também se mostrava vulnerável. Ela não podia, como os vereadores corretamente compreendiam, arriscar-se a por em perigo a ordem pública, pois então, muito facilmente, eles próprios poderiam vir a ser acusados pela violência e desordem causadas pela revolta. Ao mesmo tempo, os vereadores não tinham poder para tomar uma ação alternativa e decisiva, como abolir o imposto. Diante desse dilema, escolheram o silêncio. Sua hesitação, no entanto, só fez destacar a importância do Motim do Vintém como um acontecimento instrutivo e formativo.

Os agravos da Câmara chegaram ao conhecimento dos cariocas, em grande parte, através dos esforços de um prolífico colaborador do *Jornal do Comércio*, que escrevia sob o pseudônimo de "Lord Melville". Em cartas que apareceram bem antes das agitações ocorridas em 10 de janeiro, "Lord Melville" identificou os dois assuntos em torno dos quais a Câmara e o governo colidiam mais frontalmente: as rendas da cidade e a autoridade municipal a respeito de melhoramentos públicos, em especial daqueles que envolviam as operações dos bondes⁴⁹. Coerentemente, ele argumentava que as rendas derivadas do imposto não deveriam pertencer ao tesouro imperial, mas ao município, a fim de financiar os serviços urbanos. O governo, dizia, estava confiscando rendas de que a cidade muito carecia. Além disso, ainda acusava o governo de usurpar autoridade da Câmara para administrar os contratos com as companhias de bondes, questão que, julgava, viria a ter um tratamento mais adequado por parte da Câmara, agindo em favor dos interesses da cidade⁵⁰.

⁴⁸Rio de Janeiro (cidade), Câmara Municipal, *Boletim*, 17 de janeiro de 1880, pág. 3.

⁴⁹*Jornal do Comércio*, 13 de dezembro de 1879, pág. 4; 14 de dezembro de 1879, pág. 2; 27 de dezembro de 1879, pág. 2-3.

⁵⁰*Ibid.*

Sobre ambos os temas "Lord Melville" estava bem informado. É possível verificar, a partir de outras evidências, o lento somatório de hostilidades que culminaram em janeiro de 1880. A concessão de licenças municipais, a principal fonte de rendimentos da Câmara, era muito insuficiente⁵¹. Os vereadores ficavam, portanto, na dependência do governo imperial para obter fundos adicionais, bem como para ter aprovado o próprio orçamento da casa. Em setembro de 1879, por exemplo, o governo recusara-se a conceder um empréstimo para drenar um pântano que fora solicitado, como medida sanitária. Secamente, um ministro aconselhou a Câmara a aproveitar os fundos que pudessem ser providos pelos proprietários, enquanto beneficiários da obra⁵². Em outra ocasião, os ânimos da Câmara exaltaram-se quando o Parlamento exigiu que lhe fossem submetidos em três vias todos os documentos concernentes aos débitos da assembléia, insinuando incompetência e possível corrupção⁵³. Embora a Câmara hesitasse em externar sua opinião em relação à revolta, em seu último relatório antes de afastar-se do cargo, o presidente Adolfo Bezerra de Menezes censurou tanto as restrições impostas à autonomia da casa, quanto a "deficiência quase absoluta para a satisfação dos serviços a seu cargo"⁵⁴. Em outra ocasião o governo se opôs à autoridade municipal, quanto à administração da operação das companhias de bondes, e, de acordo com Menezes, a Câmara, se deixasse de aquiescer, não teria como resistir às represálias do governo⁵⁵.

Portanto, a atitude de acomodação da Câmara em janeiro de 1880 escondia contínuas tensões com o governo. Embora sua própria posição continuasse fraca, os seus assuntos não mais seriam ignorados como sendo coisas inconseqüentes, de interesses só para uns poucos privilegiados. Os habitantes da cidade agora observavam os debates públicos sobre aquilo que eles passaram a considerar como demandas suas em termos de serviços e de ordem social. Se a Câmara permanecia silenciosa, jornalistas e vereadores, através da imprensa, não fizeram o mesmo. Na medida que o Rio de Janeiro crescia em tamanho, em riqueza e em poder, tornou-se crítica a questão de quem deteria o controle sobre a cidade. A Câmara Municipal tinha fortes razões para desejar que a autoridade do governo imperial fosse limitada, e representava, por conseguinte, uma contestação potencialmente radical ao

⁵¹ Rio de Janeiro (cidade), Presidente da Câmara Municipal, *Relatório 1881* (Rio de Janeiro, 1881), pág. 34.

⁵² Rio de Janeiro (cidade), *Boletim*, 4 de outubro de 1879, pág. 4.

⁵³ *Ibid.*, 3 de setembro de 1879. págs. 43-44.

⁵⁴ Rio de Janeiro (cidade), *Relatório, 1881* (Rio de Janeiro, 1881), p. 21.

⁵⁵ *Ibid.*, pp. 62, 105, 112-113.

governo. O Motim do Vintém instrutivamente expunha tais conflitos perante os olhos de um público cada vez mais perspicaz e interessado.

O embate ruidoso do Motim Vintém ecoou pelos meses que se seguiram. Depois que o gabinete Sinimbú vacilou em função dos distúrbios do verão, o senador Liberal José Antonio Saraiva foi encarregado, em março de 1880, de formar um novo gabinete, abrindo assim o caminho para pôr fim ao imposto sobre as passagens urbanas. Em abril, os diretores da companhia de bondes enviaram representantes ao governo, solicitando que o tributo fosse abolido. Baptista Pereira, um dos políticos que tinha comparecido à reunião na rua do Carmo, apresentou ao Parlamento um projeto que o revogava. E o próprio Saraiva desferiu o golpe de misericórdia no imposto do vintém, quando declarou, ao abrirem-se as sessões legislativas em maio, que se ele estivesse no Rio de Janeiro em 1º de janeiro, também teria se recusado a pagá-lo. Num discurso perante o Senado, em setembro, voltou a condenar, formalmente, o tributo. Assim desacreditado, um número cada vez maior de passageiros recusou-se a recolher o imposto, até que, em 5 de setembro, o governo foi forçado a suspendê-lo⁵⁶.

No entanto, reverberações mais distantes, embora persistentes, continuariam a ser ouvidas por toda a década. Em 1881, o governo Saraiva propôs ao Parlamento um novo projeto de reforma eleitoral, que não apenas limitava o poder imperador, mas também estendia o sufrágio aos cidadãos naturalizados, aos não católicos e aos libertos. Havia uma ligação direta entre a revolta de 1880 e o possível sucesso desse projeto, pois que era apoiado, entre outros, por Francisco Otaviano de Almeida Rosa, Joaquim Saldanha Marinho, e Joaquim Nabuco, todos membros do grupo da rua do Carmo⁵⁷.

Anteriormente ao Motim do Vintém, a atividade abolicionista fora fundamentalmente uma preocupação de âmbito legislativo. Em 1879, o próprio Nabuco, comprometido com a abolição, ainda considerou necessário seguir uma tática de natureza puramente fiscal, como, por exemplo, a introdução de um imposto maior sobre a propriedade de escravos⁵⁸. Os

⁵⁶Dunlop, *História dos bondes*, pp. 91-92; Brasil, Congresso, Câmara dos Deputados, *Anais*, 29 abril 1880, Sessão Extraordinária (Rio de Janeiro, 1880), I, 42-46; Carvalho, *O Livro*, p. 51; Companhia Villa Izabel ao Ministro do Tesouro, José Antonio Saraiva, Rio de Janeiro, 6 setembro, 1880, AGC-RJ Códice 55-1-12, fl. 64; *Jornal do Comércio*, 4 setembro 1880, p. 1; 5 setembro 1880, p. 2; *Gazeta de Notícias*, 6 setembro 1880, p. 1.

⁵⁷Buarque de Holanda, *O Brasil monárquico: do Império à República*, pp. 240-242. Para uma interpretação recente que desmente a feição liberal da lei eleitoral, vejam-se Richard Graham, *Patronage and Politics in Nineteenth Century Brazil* (Stanford, no prelo).

⁵⁸Brasil, Congresso, Câmara dos Deputados, *Anais*, 17 abril 1879, Primeira Sessão (Rio de Janeiro, 1879), I, pp. 542-552; Nabuco, *The Life of Joaquim Nabuco*, pp. 68-70;

acontecimentos de janeiro de 1880, porém, revelaram uma outra dimensão da política, quando desempenhada de maneira mais pública e voltada para a população em geral. Doravante, os abolicionistas adotariam uma nova orientação para o movimento, ao levar justamente em conta o ambiente político que se criara, e ao saber utilizá-lo em favor de sua causa, recorrendo a uma platéia mais ampla⁵⁹. A Sociedade Brasileira Contra a Escravidão foi formada logo após o Motim, em julho de 1880, por iniciativa de Liberais dissidentes, sob a liderança de Nabuco, e dentre seus dezesseis membros fundadores contavam-se seis ativistas da revolta. Da mesma forma, ao longo dos anos 80, José do Patrocínio, indiciado pela polícia como um dos instigadores da agitação de 10 de janeiro, e que tivera então o seu habeas corpus negado, escolheu uma via semelhante para divulgar a sua incansável determinação de eliminar a escravidão⁶⁰. Afinal, um público politicamente engajado significava a existência de um poder externo ao parlamento, e foi este público que se tornou o alvo da propaganda cada vez mais intensa, e às vezes amarga, da imprensa antiescravista⁶¹.

Embora militantes republicanos figurassem entre aqueles mais ativamente engajados na organização dos comícios, nem estes, nem os conflitos que seguiram, podem ser considerados, em essência, como agitação propriamente anti-monárquica. Joaquim Saldanha Marinho, o único partidário da República no Parlamento em 1880, não quis relacionar a questão da forma de governo com a oposição à atitude oficial diante da revolta: "eu estaria à frente do movimento popular", declarou "se não temesse dar-lhe um caráter (republicano) que ele não tem"⁶². Não obstante, 1880 foi também um divisor de águas para o Partido Republicano. Diversas figuras das mais proeminentes nos acontecimentos do Motim do Vintém foram mais tarde eleitas como delegados ao Primeiro Congresso Nacional Republicano, inclusive Saldanha Marinho e Lopes Trovão⁶³. Um contemporâneo dos inícios da República, em 1891, reconheceu explicitamente o papel catalisador do Motim do Vintém. No seu modo de

Joaquim Nabuco, *Abolitionism: The Brazilian Antislavery Struggle*, trans. and ed. by Robert Conrard, (Urbana, 1977), p. 7, em especial.

⁵⁹ Além de Nabuco, podem ser mencionados José da Costa Azavedo, João Joaquim Saldanha Marinho, José Carlos de Carvalho e José Ferreira de Menezes. Rebecca Baird Bergstresser, "The Movement for the Abolition of Slavery in Rio de Janeiro, Brazil, 1880-1889" (Tese de Doutorado) Stanford University, 1973, pp. 35, 48, 101-102.

⁶⁰ Osvaldo Orico, *O Tigre da abolição* (Rio de Janeiro, 1956).

⁶¹ Bergstresser, "The Movement for the Abolition of Slavery", pp. 48-98, 190-191.

⁶² *Jornal do Comércio*, 4 de janeiro de 1880, p.1.

⁶³ Joaquim Saldanha Marinho, *Actas das Sessões do Congresso nacional Republicano*, Rio de Janeiro, 1º junho 1887, Arquivo Nacional, Códice 768, pp. 1, 134-14.

ver, ele teria anunciado as qualidades fundamentais que orientaram a formação da República: "independência popular, dignidade e orgulho"⁶⁴. A partir de 1880, a política despertou interesse de um público mais diversificado, conscientemente decidido a definir seus próprios interesses, e aqueles que participaram desse novo estilo de atividade política mostraram-se aptos a desafiar o Império, levando-o ao colapso de 1889.

Em janeiro de 1880, a atividade política no Rio de Janeiro retratou a disputa pelo controle da autoridade local. Cada vez mais, o governo central foi visto como insensível às necessidades da cidade, que se transformavam. Na medida em que o Império começou a sucumbir e que os contornos de uma nova forma de governo surgiram, tornou-se crucial a questão da autoridade federal em oposição à autoridade central. O jogo de interesses unicamente urbanos, então redefinido, e o estilo político também tipicamente urbano que também se delinhou por meio de comício de ruas e passeatas, de reuniões públicas e palestras, recitais e de uma imprensa militante, tiveram origem com o Motim de Vintém e passariam a caracterizar o Rio de Janeiro dos anos 80⁶⁵. O ponto alto viria em 1888 e 1889 com a abolição da escravidão e a derrubada do Império.

Com certeza, o Motim do Vintém não foi uma causa direta desses acontecimentos culminantes⁶⁶. Em uns poucos dias de espanto e estardalhaço, no entanto, a explosão popular não só propiciou o ingresso de atores inexperientes na arena política, como exibiu e provou alianças recentes, delimitou questões e solapou a autoridade tradicional. Tanto a reação ao conflito, quanto a escala dos distúrbios e seu desenrolar inusitado indicavam que estava ocorrendo uma mudança política do Império. A cidade experimentou um novo estilo político, com o surgimento de regras diferentes do que poderia significar engajar-se em uma ação política. Inversamente ao que faria prever a tradição política oitocentista, três respeitáveis grupos da situação, chocados com a violência praticada pelas autoridades, não juntaram suas forças para suprimir a revolta, como se fosse uma ameaça social. Recuaram horrorizados diante do episódio, para considerarem-no, pelo contrário, um protesto legítimo, e, em seguida,

⁶⁴M.D. Moreira d'Azevedo, "Imposto do Vintém, " *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 58 (1895), 326.

⁶⁵Bergstresser, "the Movement for the Abolition of Slavery", pp. 190-191.

⁶⁶Nem eu me preocupei aqui com as complexas forças que acarretaram a abolição da escravidão ou do Império. Para um exame dessas questões, vejam-se Robert Conrad, *The Destruction of Brazilian Slavery* (Berkeley, 1972); George C. A. Boeher, "The Brazilian Republican Revolution: Old and New Views", *Luso-Brazilian Review*, 3 (Winter 1966), 43-57; Emília Viotti da Costa, "Sobre as origens a República," *Anais do Museu Paulista*, 18 1964, 53-120.

defenderem os manifestantes contra os abusos do governo e, finalmente, identificarem-se com a revolta, por razões políticas que lhes eram próprias. Na medida em que dotavam as agitações populares de um significado, os participantes da controvérsia forneciam, em sua perspectiva e compreensão, uma noção do quanto de fluido, de incerto e de indistinto havia nos acontecimentos. Mas, progressivamente, ao darem forma a este significado, atribuíam uma nova ênfase à vida política urbana da principal cidade do Brasil. O Motim do Vintém marca um daqueles breves, mas decisivos, momentos em que se transforma a compreensão consensual da conduta política, e o imperador não poderia estar mais equivocado do que quando confidenciou à Condessa de Barral em 2 de janeiro de 1880: "Creio que as desordens não têm caráter político"⁶⁷. Era precisamente um nova cultura política o que se forjava com os acontecimentos de janeiro de 1880, conhecidos como Motim do Vintém.

⁶⁷ Bergstresser, "The movement for the Abolition of Slavery", p. 48.